



Contribuições da Teoria das Práticas nas análises sobre a construção do conhecimento agroecológico.

Contributions on Theories of Practice in the agroecological knowledge construction analysis.

LOURENÇO, Andréia Vigolo¹

¹ Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Andréia.vigolo@gmail.com

Eixo temático: Construção do Conhecimento Agroecológico e Dinâmicas Comunitárias

Resumo: Este trabalho tem por intenção compreender as práticas e conhecimentos agroecológicos a partir de uma perspectiva contraposta a visões estruturalistas da sociedade. Para tanto, procurei evidenciar como a prática como ação social vai além da repetição de ações, sendo construída e reconstruída a partir de percepções, processos cognitivos e criativos e das distintas interações entre humanos e não-humanos. A partir dessa abordagem, procuro contribuir com as discussões teóricas no âmbito da Agroecologia, principalmente envolvendo as ideias de práticas e da construção do conhecimento agroecológico. Compreender como as práticas agroecológicas são formadas, transmitidas e reproduzidas talvez contribua na nossa interpretação acerca da construção do conhecimento agroecológico. Pois ao investigarmos diferentes práticas, relações, materialidades e subjetividades dos agricultores, talvez isso nos permita compreender a relação deles com os outros e com o meio.

Palavras-chave: Teoria das Práticas; Agroecologia; ação coletiva; materialidades.

Keywords: Theories of Practice; Agroecology; collective action; materialities.

Introdução

A reflexão a respeito do conceito de “prática” não é recente, mas vem sendo discutida em maior profundidade na última década no âmbito da sociologia e da filosofia - abrindo novas referências sobre o tema com distintas interpretações e concepções: “práticas sociais”, “socioprática”, “estudos baseados em prática”, “estratégia como prática” (BISPO et al, 2014). Influenciada por filósofos como Wittgenstein e Heidegger, o que alguns autores como Schatzki e colaboradores (2001) denominam de Teoria da(s) Prática(s) emergiu na década de 80, com foco em compreender como a vida social se configura; e hoje está difundida em diversas áreas como filosofia, sociologia e antropologia. Embora a Teoria das Práticas englobe discussões bastante amplas, neste trabalho mobilizo dois conceitos relacionados a ela que permitem um diálogo com a ideia de “práticas agroecológicas”: as **práticas como ações coletivas**; e as **materialidades** que estão vinculadas a elas.

Ela dá base para reconhecer o papel da **materialidade** sobre as ações sociais através das práticas. Assim, permite compreender como o processo de construção do conhecimento se transfigura em suas práticas produtivas cotidianas, sendo



reconstruídas e transmitidas historicamente. Portanto, elas não existem sem os dispositivos pretéritos de construção do conhecimento e vice-versa; ou seja, o conhecimento alimenta as práticas que, por sua vez, retroalimenta o conhecimento. Por isso a necessidade de compreendê-los em sua totalidade e interconexões.

Dessa forma, o presente trabalho tem por intuito central, a partir de conceitos da Teoria das Práticas, compreender as práticas e conhecimentos agroecológicos a partir de uma perspectiva, contraposta a visões mais estruturalistas da sociedade. Nesse sentido, procuro contribuir com as discussões teóricas no âmbito da Agroecologia, principalmente envolvendo as ideias de práticas agroecológicas e construção do conhecimento agroecológico. As **práticas agroecológicas** podem ser entendidas aqui como um conjunto complexo e heterogêneo de atividades, procedimentos e técnicas que estejam relacionados ao preparo e manejo do solo, da água, das plantas e dos animais com o intuito de gerar materialidades diversas, com distintas funcionalidades. Nesse sentido, proponho objetivamente que as práticas agrícolas envolvem não somente a ação, o ato de produzir, gerar um produto agrícola, mas também outras materialidade e subjetividades.

Práticas como ação coletiva

Barry Barnes (2001) argumenta que as práticas podem ser reconhecidas como ações coletivas, as conceituando como realizações e bens coletivos sustentados pela interação e ajustamento mútuo entre as pessoas. Ou seja, constituem-se como **“atividades compartilhadas”**. Portanto, se observadas nesta dimensão coletiva, não são um simples somatório das práticas no nível individual (já que são construídas coletivamente): o compartilhamento faz parte da sua gênese e reprodução. Para Schatzki (2001) e Barnes (2001) as práticas são as entidades primárias do mundo social - porém não são as únicas. Mesmo que na literatura as práticas sejam identificadas como a “entidade social genérica primária” (BARNES, 2001, p. 27), Barry Barnes reconhece que alguns pressupostos básicos devem ser levados em consideração. O primeiro deles é que não é possível estabelecer uma contraposição simplificada entre **“teoria”** e **“prática”**, pois elas **se entrelaçam**.

Assim, a prática deve ser analisada como **pensamento e ação em conjunto**, uma vez que a teoria incorporada também é parte da própria prática. A segunda premissa é que nenhuma distinção permanente pode ser estabelecida entre práticas externas (visíveis) e práticas internas (invisíveis), já que as práticas representam, em última instância, poder (se envolver em uma prática é exercer poder), que vai além de algo meramente observável - e representa também **questões simbólicas** que perpassam a concepção de prática. Por isso, analisar as práticas é ir além de analisar apenas “fatos observáveis”. A terceira questão está bastante atrelada a esta última, pois na medida em que visualizamos a prática como um “exercício ativo de poder”, uma série de fatores sociológicos podem ser acionados para a compreensão deste exercício de poder. Assim, qualquer tentativa de atribuir uma descrição satisfatória a respeito da ação social necessita ter outras referências materiais além



das práticas. Para Barnes, aspectos como experiência, conhecimento e memória também dão sentido à ação social e, portanto, olhar para todos esses aspectos (em detrimento de lançar luz apenas sobre as práticas) é que permite compreender realmente a ação social. Por fim, o último pressuposto é que as práticas não podem ser consideradas para a sua própria produção e reprodução. As práticas são nomeadamente citadas para explicar as ações sociais, incluindo sua própria promulgação. Neste sentido, o autor argumenta que o que move e/ou inspira os seres humanos - suas **subjetividades** - deve ser considerado nesta análise, e não somente a reprodução automática das práticas.

As práticas compartilhadas são uma composição de hábitos individuais separados, mas que são suficientemente semelhantes para agregá-los. Ao mesmo tempo, esses hábitos individuais, se somados, não representam as práticas coletivas, pois elas se constroem também coletivamente a partir, inclusive, de ajustes em hábitos individuais. A prática compartilhada é, em última instância, uma **realização coletiva**. Assim, as práticas como ações coletivas não são como tal porque é possível identificar indivíduos independentes que possuem os mesmos hábitos, mas porque são agentes sociais interdependentes, ou seja, modificam constantemente suas respostas/ações individuais à medida que interagem com os outros a fim de sustentar uma prática compartilhada. Elas não são nem essências unitárias estáveis nem tampouco agrupamentos de ações habituais individuais.

Reside, a partir disso, a riqueza em captar, dentro desta diversidade, o conjunto de práticas passíveis de serem associadas entre si. Portanto, não é necessário buscar fatores em comum, mas **práticas em comum**. Nesse sentido, práticas agroecológicas se constituem de maneira coletiva sob distintas formas: seja concretamente ou não. As práticas podem ser coletivizadas desde espaços de integração entre agricultores, espaços institucionais até em mutirões. No primeiro e segundo casos, as práticas não podem ser “vistas”, pois estão no âmbito da teoria e do discurso; já no terceiro caso, as práticas estão sendo aplicadas concretamente. Mas uma não substitui a outra e todas fazem parte da ação social da prática, como ação coletiva. Dessa forma, uma prática está em **constante movimento coletivo**, ao ser transmitida de uma pessoa a outra está constantemente sendo repensada, reformulada. E ela é coletiva porque não se constrói sozinha: agricultores criam suas práticas a partir das interações entre ele, a partir da interação com o ambiente, a partir de novas compreensões aprendidas.

As práticas são promulgadas por pessoas, e, portanto, compreendê-las exige acionarmos um complexo ferramental analítico para dar conta da complexidade da vida e da ação social. Em função disso, para Barnes (2001) é essencial partirmos do questionamento do que permite que as pessoas adotem as práticas que fazem, como e quando o fazem; seus objetivos, sua experiência vivida e seu conhecimento herdado. E é neste sentido que cabe observar como elas são criadas, estabelecidas, transformadas e reproduzidas ao longo do tempo.



Práticas sob a perspectiva pós-humanista

Dentro da ontologia pós humanista é possível destacar a idéia que não é possível compreender a ação humana sem considerar a materialidade: as tecnologias e os não-humanos (CALLON, 2008). Dentro desse conjunto de elementos heterogêneos vinculados à ação humana, Latour (2012) pressupõe uma relação simétrica entre os elementos do mundo (os humanos e os não humanos; ou sujeitos e objetos) para a análise de determinada realidade. Para Callon (2008), a própria ação social não está restrita ao cérebro humano, mas encontra-se distribuída em dispositivos materiais não humanos (que ele chama de ação e cognição distribuída), o que nos remete à importância de outros domínios para além dos humanos. Por isso, a partir destas concepções, o foco da análise sobre o social não estaria no indivíduo, mas nas redes que eles (os humanos) formam entre si e entre os objetos, o material (os não-humanos). Mas essa divisão, por sua vez, não constitui numa partição ontológica entre humanos e não humanos, como algo polarizado; pelo contrário, busca apenas evidenciar o papel de outros elementos, que não os humanos, na ação social.

Ao reconhecer não-humanos como componentes e determinantes dos arranjos que englobam as pessoas, o pós-humanismo problematiza o conceito de social e desafia as interpretações convencionais do social reduzido à mera relação entre pessoas. Desse ponto de vista, ao partirmos do pressuposto que as atividades humanas estão sujeitas ao meio dos não-humanos (SCHATZKI, 2001), compreender as práticas agroecológicas envolve também apreender como o material (as entidades não humanas) se configura. Portanto, reconhecer o papel da materialidade sobre as ações sociais permite adicionar à análise as entidades que expressam a materialidade da vida social (NIEDERLE, 2017). A intenção aqui é chamar a atenção para as **materialidades** que existem circunscritas às práticas agroecológicas. Ou seja, incorporar conceitos do pós-humanismo permite direcionar a nossa atenção para o os espaços de encontro entre a agência humana e a não humana (intersecções ou inter-relações), à sintonização interativa entre estes dois elementos. Ou seja, as relações não seriam somente entre os agricultores, mas entre eles e o solo, a água, a chuva, o frio, dos animais e da sua própria produção; ou seja, tudo que faz parte dos seus espaços vitais. Dessas relações entre o mundo humano e não humano, podemos dizer que emergem afetos para além das relações sociais, “desenhada por um mundo que conhecemos e outros que sonhamos” (ARCE, 2013, p. 46). Esse aporte conceitual do pós humanismo talvez nos ajude a compreender de que forma as subjetividades e relações se materializam em práticas produtivas, de manejo e cuidados dentro agroecossistemas e com a natureza.

Conclusões

Nessa discussão busquei evidenciar como a Teoria das Práticas pode dialogar com os conceitos no âmbito da Agroecologia. Para tanto, procurei evidenciar também como a prática como ação social vai além da mera repetição de ações, sendo construída e reconstruída a partir de percepções, processos cognitivos e criativos e, além do mais, através das distintas interações entre humanos e objetos não-



humanos. A partir de observações empíricas, é possível exemplificar que um conhecimento específico nunca é materializado identicamente à forma como ele foi transmitido. Um agricultor, ao receber uma orientação técnica (seja via extensão rural, consultoria, projeto de pesquisa ou até mesmo vindo de outro agricultor) provavelmente não irá replicar este conhecimento *stricto sensu* - exatamente da forma como foi recebido. Assim, ele irá reconfigurar sua prática a partir de tantos fatores quantos forem os motivos desta reconfiguração. Por fim, compreender como as práticas agrícolas são formadas, transmitidas e reproduzidas talvez contribua na nossa interpretação acerca da construção do conhecimento agroecológico. Pois ao investigarmos diferentes práticas, relações, materialidades e subjetividades das famílias agricultoras, talvez isso nos permita compreender a percepção e relação delas com o meio. E, assim, reforçar formas de conhecimento “outras”, subvertendo a ideias de polarização entre o conhecimento “científico” e o “não-científico”, entre o “formal” e o “informal”, e revelando a riqueza de práticas e conhecimentos intrínsecos à Agroecologia.

Referências bibliográficas

ARCE, A. Conocimiento, espacio y actores en la innovación social. In: Paz, A.; Montoya, M.; Asensio, R. H. Escalando innovaciones rurales. **Estudios de la Sociedad Rural**. P. 37-86 Lima: IEP; IDRC-CRDI; FIDA, 2013.

BARNES, B. Practice as collective action. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. Von (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London/New York: Routledge, 2001.

BISPO, M. de S.; SOARES, L. C., CAVALCANTE, E. D. C. Panorama dos Estudos Sobre “Prática” no Brasil: Uma Análise da Produção. **Anais...XXXVIII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ, 13 a 17 de setembro de 2014.

CALLON, M. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. Entrevista. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 302-321.

LATOUR, B. **Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do ator-rede**. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

NIEDERLE, P. Mercados como Ordens Sociais: uma alternativa aos dualismos da Sociologia da Agricultura. **Anais...V Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, agosto de 2017.

SCHATZKI, T. R. Introduction. Practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. Von (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London/New York: Routledge, 2001.